

Filme antigo

ALUIZIO MARANHÃO

Os governos costumam ter suas palavras-âncora. Durante o regime militar, na fase pré-Geisel, os generais tinham na ponta da língua o binômio segurança e desenvolvimento. Com a subida de Ernesto Geisel ao poder, a ordem dos fatores foi invertida e o desenvolvimento passou à frente da segurança. Mais tarde, na redemocratização, a gestão do presidente José Sarney abriu campo fértil para novas bandeiras. Uma das que mais alto tremularam foi a do pacto social, alçada tão logo o Plano Cruzado naufragou, trágico pela infantil esperteza política de se tentar ganhar eleição com congelamento de preços.

Primeiro presidente eleito pela escolha direta depois de quase uma geração de jejum eleitoral, Fernando Collor de Mello também lançou seu jargão: modernidade, abertura ao Exterior, privatização. E não seria Itamar Franco que ficaria atrás. Passados poucos dias de Palácio do Planalto, o presidente em exercício apressou-se em sinalizar que seu governo será de homens simples, honrados e abertos ao jogo democrático.

Compreende-se a preocupação com que as novas autoridades se esmeram em dar um tom ao seu governo, distante de tudo o que possa lembrar os tempos pirotécnicos do reinado do marketing político. Também se entende por que todos querem enaltecer a probidade no manuseio do dinheiro público. Qualquer um que assu-



misse agora o Palácio do Planalto procuraria cumprir o papel do anti-Collor e anti-PC.

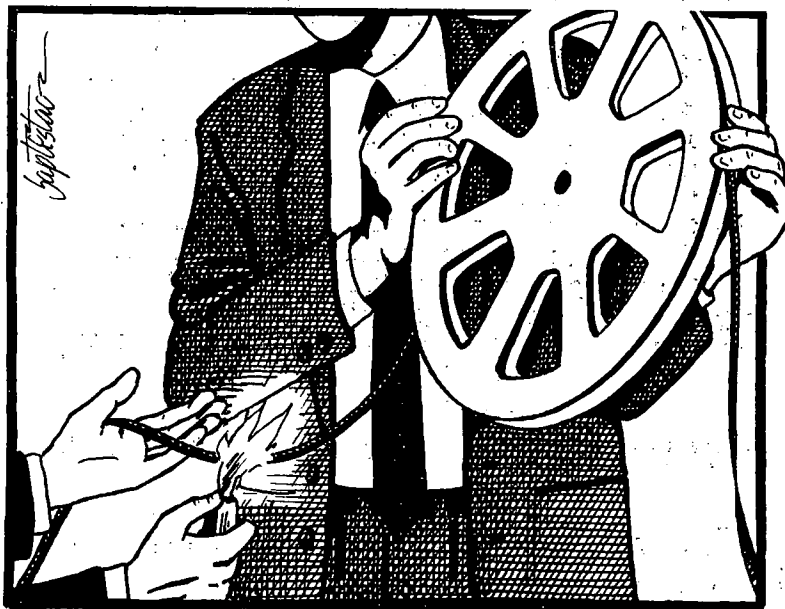
Não se quer dizer com isso que as intenções de Itamar sejam falsas. Embora a natureza humana pregue peças, quem olha nos olhos do presidente em exercício pode perceber a convicção com que ele enuncia compromissos éticos e políticos. Um chefe de nação honesto e democrata, à frente de uma equipe esforçada, encaixa-se como uma luva numa sociedade cuja maioria almeja viver sob o império da ética. Porém, se é verdade que esses são predicados necessários para uma boa administração, também nada indica que constituam elementos suficientes para garantir êxito ao governo.

No passado recente, poucos homens públicos foram considerados mais bem-intencionados que Dilson Funaro, o ministro da Fazenda de Sarney que desembrolhou o

pacote do Cruzado. Mas como boa intenção é pouco para desatar os nós da economia e da sociedade brasileiras, Funaro entrou para a História como um homem íntegro e sonhador, e não como aquele que fincou as bases para mais um ciclo de prosperidade.

Exemplos não faltam e deveriam servir de alerta a Itamar e sua equipe. Este é um país que tem conseguido desmoralizar fórmulas e receitas aplicadas com sucesso em outras paragens. Vejamos: o Brasil abalou o respeito pela heterodoxia e ortodoxia econômicas e, ainda, transformou em motivo de pouco caso expressões como "pacto social" e termos como "consenso". Até mesmo acaba de aposentar (pelo menos por algum tempo) o estilo Indiana Jones de administrar a coisa pública. Trata-se, é certo, de uma demolidora folha corrida que deveria preocupar o novo governo.

Itamar e equipe precisam o mais rápido possível dar provas de que conseguirão conter a crise econômica. Sem crescimento econômico não há como atenuar o quadro social, que ameaça transformar os centros urbanos num turbilhão de arrastões e revoltas de menores abandonados. O tempo é curto, ninguém duvida. Por isso mesmo, os louváveis propósitos de governar com o Congresso e procurar soluções consensuais para os nossos problemas podem funcionar como uma armadilha à frente do governo. O discurso é bonito e deve ser apoiado, mas se propostas objetivas não puderem ser colocadas sobre a mesa e não houver capacidade de decisão, veremos o repeteco de um filme antigo. E nele o mocinho morre no final. É inevitável recordar o governo de José Sarney. Apanhado de surpresa por uma emboscada do destino, Sarney subiu a rampa do Planalto no lugar de Tancredo Neves. Tentou choques econômicos, esboçou costurar um pacto social, abriu as portas do seu gabinete ao Congresso e terminou seus dias de poder sem credibilidade, sitiado por uma inflação que não parava de subir. Há outras armadilhas à frente de Itamar. Uma das mais traiçoeiras é a ilusão de que o movimento de oposição à permanência de Collor na Presidência, que uniu as ruas com os gabinetes dos políticos profissionais, automaticamente se tenha convertido em base de apoio ao novo governo. Basta perguntar ao próprio Collor de que lhe serviram durante a CPI do PC os 35 milhões de votos que ele recebeu em dezembro de 1990.



■ Aluizio Maranhão é diretor de Redação do Estado